

Ciência tenta reaver com Lula verbas para pesquisa

Tecnologia Corte de recursos em fundo científico atinge setor até 2026

Ciência tenta reaver com Lula verbas para pesquisa

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

O dia 29 de agosto foi um dia de más notícias para a ciência brasileira. Foi nessa data que o "Diário Oficial" da União publicou uma medida provisória assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) que bloqueou recursos do que é considerado o principal fundo de financiamento à inovação do país, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). As restrições entraram logo em vigor e, pelo texto, durarão até 2026.

Com a derrota de Bolsonaro nas urnas, no entanto, a expectativa entre acadêmicos e pesquisadores é que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e sua equipe de transição façam gestões para reverter os efeitos da MP 1.136.

Cientistas afirmam que manter o FNDCT engessado e limitado pelos próximos quatro anos, afetará o andamento de pesquisas e projetos importantes em universidades federais e em outras instituições. Entre eles, estudos sobre doenças emergentes e a sobre os efeitos pós-covid, novas estações de pesquisas na Amazônia e até a maior estrutura científica do Brasil, o projeto Sirius.

O problema é como fazer caber no projeto de Orçamento já apertado de 2023 as promessas de campanha de Lula e as demandas de vários setores, entre eles o da ciência brasileira.

O governo justificou a MP como necessária para ajudar na contenção de despesas primárias de forma a evitar o descumprimento do teto de gastos. O Congresso precisa votar texto até o fim de dezembro para que ele ganhe status definitivo de lei. Se isso acontecer, um dos cenários considerados nas discussões da equipe de transição do PT é que um eventual "waiver" (possibilidade de que alguns gastos sejam feitos fora do teto no ano que vem) contemple o desembolso do FNDCT, sem as restrições da MP.

Assinado por Bolsonaro, pelo ministro da Economia, Paulo Guedes e pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Paulo César Almim, a MP estabelece que este ano o fundo girará em torno de R\$ 9 bilhões. Metade desse valor seria para empréstimo a empresas que investem em inovação. Mas as condições fazem com que esses recursos não sejam muito demandados pelo setor privado.

A outra metade vai para universidades e outras instituições que fazem ciência. É esse setor que mais demanda o FNDCT e para o qual a MP deixou em 2022 cerca de R\$ 2,7 bilhões e bloqueou R\$ 1,75

bilhão. Em 2023, R\$ 4,2 bilhões estarão bloqueados, 42% do fundo. Em 2024, o bloqueio será de 32%; em 2025, de 22%; e em 2026, 12%. Só em 2027, o fundo voltaria a poder ser empregado totalmente.

O Valor ouviu nos últimos dias pesquisadores em áreas diversas, que relataram como os bloqueios no FNDCT minam o horizonte da produção científica pelo país.

No Laboratório de Neurofarmacologia e Comportamento, vinculado à Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadores estudam há anos os efeitos no cérebro provocados por infecções virais.

Coordenada pela neurocientista Cláudia Pinto Figueiredo, a equipe de cerca de 35 profissionais, mergulhou há alguns anos em pesquisas sobre memória de pacientes que contrairam o vírus da zika. O trabalho rendeu artigos nas revistas científicas "Nature" e "Science". Com a pandemia, as pesquisas avançaram também para memória e o pós-covid-19. Mas a limitação do FNDCT coloca agora um ponto de interrogação na capacidade do laboratório de manter seus estudos, equipamentos, insumos e um biotério aparelhado para abrigar centenas de camundongos usados nos testes.

"A gente tem perguntas nas nossas pesquisas e estávamos preparados para respondê-las, mas quando vem um corte como esse agente não pode usar todas as ferramentas necessárias para encontrar as respostas", disse Cláudia.

Na Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), o corte desorganiza a gestão de laboratórios. A UFPE tem dez laboratórios multiusuários que comportam equipamentos de grande porte e que demandam manutenção preventiva anualmente. Com os bloqueios, afirma o pró-reitor de Pesquisa e Inovação da UFPE, Pedro Carelli, os recém-criados laboratórios N83 para pesquisa sobre doenças emergentes e reemergentes foram atingidos diretamente. Os N83 abrigam agentes biológicos com elevado risco para os pesquisadores. Segundo Carelli, a falta de recursos para compra de insumos e reagentes impede a continuidade das pesquisas.

Na Amazônia, a nova etapa do projeto Sistema Amazônia de Laboratórios Satélites (Salas), foi anunciada em junho. O planejado então era ter R\$ 80 milhões, recursos do FNDCT. O plano incluiu a construção de 50 bases de pesquisa na região para pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Mas com a MP 1.136 os planos perderam fôlego.

Criado em 1969, o FNDCT tem diversas fontes de recursos, entre elas percentuais dos royalties de



O acelerador de partículas Sirius, em Campinas, maior estrutura científica do país: projeto de R\$ 2 bilhões, um dos mais modernos do mundo, sofre com falta de verba



José Roque da Silva: "Ciência tem prazos longos e ela sofre porque hoje o problema imediato é resolver a questão fiscal"

petróleo e gás, percentual da receita operacional líquida e do faturamento bruto de empresas de energia elétrica e do faturamento bruto de empresas que desenvolvem ou produzem bens e serviços de informática e automação e da arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

Um levantamento recente feito pelo Centro de Estudos Universitários, Sociedade e Ciência da Unifesp (Sou Ciência), em parceria com o Instituto Serrapilheira, mostra um aumento da diferença entre a dotação atual (que é a arrecadação) do FNDCT e o valor liquidado. De acordo com o estudo, em 2010 essa diferença era de 32,8%. Em 2021, a disparidade chegou a 90%.

Nos últimos 12 anos, a diferença entre os valores pagos e arrecadados pelo FNDCT foi de R\$ 44 bilhões, em valores atualizados, segundo o levantamento.

Segundo a professora da Unifesp Soraya Soubhi Smali, coordenadora do Sou Ciência, números mostram que, principalmente entre 2019 e 2022, recursos para as

68 universidades federais tiveram uma queda significativa, prejudicando laboratórios, pesquisadores e infraestrutura de pesquisa.

Entre diversas pesquisas e projetos atingidos pelo aperto da liberação de recursos, está a maior estrutura científica do Brasil, o Sirius. Localizado em um edifício circular de 68 mil metros quadrados, em Campinas, o Sirius é um projeto de cerca de R\$ 2 bilhões desenvolvido pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (Cnpem). O equipamento usa aceleradores de partículas para produzir luz síncrotron. Essa luz permite pesquisas sobre a composição e a estrutura da matéria, com aplicações em praticamente todas as áreas do conhecimento.

O Sirius usa uma tecnologia que poucos laboratórios semelhantes no mundo possuem, mas a fase 1 de sua implementação ainda não foi concluída. Pelo projeto, 14 das chamadas linhas de luz, onde os experimentos são feitos, devem estar em operação nessa primeira fa-

se. "Dessas 14 linhas de luz, nós estamos com seis recebendo experimentos e uma sétima em breve deve começar a ter experimentos", disse ao Valor o diretor-geral do Cnpem, José Roque da Silva.

Mas as restrições na execução orçamentária do governo federal deste ano congelaram, segundo Silva, R\$ 182 milhões e obrigam um ajuste na gestão.

"Efetivamente não vou colocar mais nada, estou parando, entre aspas, qualquer nova encomenda do Sirius neste momento", disse o executivo. "Isso significa que nós vamos atrasar mais uma vez todas essas linhas de luz e cada vez mais o Sirius demora para atingir o seu máximo." Silva repete uma avaliação que é comum na comunidade científica: "Ciência tem prazos longos e ela sofre porque hoje há um problema imediato que é resolver uma questão fiscal."

Na visão de cientistas ouvidos pela reportagem, os bloqueios têm ainda um efeito indireto: pioram um quadro já bem conhecido, o êxodo de cientistas brasileiros pa-

ra outros países com condições melhores de trabalho.

O Valor pediu à assessoria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação uma avaliação dos impactos para a ciência provocados pelos bloqueios no FNDCT. O ministério não respondeu.

Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Nader disse ao Valor que espera que a MP seja devolvida ao Executivo ou, se votada, que seja derubada. "Caso contrário, será, na prática, o fim da ciência, uma vez que o FNDCT é atualmente o único recurso de financiamento para a ciência brasileira", afirmou.

"Os cortes do fundo impactam diretamente na continuidade de pesquisas", diz Carlos Gróis Leandro, coordenador do colégio de pró-reitores de Pesquisa, pós-graduação e Inovação da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (Andifes). Ela diz esperar uma reavaliação do projeto do Orçamento de forma que ciência e tecnologia sejam tão atingidas.

"Eu não só espero que a MP caduque ou seja revisada — porque é necessário que uma das duas coisas aconteça — bem como espero a revisão de várias outras políticas que afetam educação, ciência e tecnologia que precisam ser alteradas e modernizadas", complementa o físico e professor da UFPE Anderson Gomes.

O corte do FNDCT é visto não apenas como um golpe à ciência, mas como uma armadilha para a indústria, agricultura, mineração, transporte, entre outros setores da economia, que dependem de muita pesquisa científica para avançarem em inovação e tecnologia. Logo depois da publicação da MP, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) classificou como "incoerência" os cortes em um "fundo que é crucial para promover o desenvolvimento tecnológico".

Na semana passada, durante audiência pública no Senado que discutiu os impactos da medida, entidades que representam a ciência no país, entre elas Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), reiteraram preocupações em relação à MP e seus impactos para a produção científica.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 4